



Anais da Semana dos Povos Indígenas - SPI
“Saberdes Indígenas, Antropoceno e Emergência Climática”
15 a 19 de abril de 2025
Decolonizar o clima
perspectivas indígenas para a superação da emergência climática

Maxo St Victor¹

Vera Lucia Martiniak²

RESUMO

A crise climática é um fenômeno ambiental e epistemológico, resultante da marginalização dos saberes indígenas e da visão ocidental hegemônica sobre a natureza. Este artigo realiza uma revisão bibliográfica crítica, com base em autores como Quijano (2000), Mignolo (2011), Santos (2007), bem como nas críticas ao conceito de Antropoceno desenvolvidas por Moore (2016) e Haraway (2015), para analisar, sob uma perspectiva decolonial, como os conhecimentos indígenas propõem alternativas sustentáveis. O estudo adota metodologia qualitativa, com análise de textos acadêmicos e relatos indígenas. Conclui-se que a valorização desses saberes favorece práticas de cuidado ambiental e resistência ao extrativismo, contribuindo para modelos pluriversais de sustentabilidade. Os resultados apontam para a urgência de integrar epistemologias indígenas no enfrentamento da crise climática.

Palavras-chave: Decolonialidade; Saberes Tradicionais; Crise Climática; Antropoceno.

ABSTRACT

The climate crisis is both an environmental and epistemological phenomenon, resulting from the marginalization of Indigenous knowledge systems and the hegemonic Western view of nature. This article conducts a critical literature review based on authors such as Quijano (2000), Mignolo (2011), and Santos (2007), as well as on critiques of the Anthropocene concept developed by Moore (2016) and Haraway (2015), to analyze, from a decolonial perspective, how Indigenous knowledge proposes sustainable alternatives. The study adopts a qualitative methodology, analyzing academic texts and Indigenous narratives. It concludes that valuing these knowledge systems fosters environmental care practices and resistance to extractivism, contributing to pluriversal models of sustainability. The findings highlight the urgency of integrating Indigenous epistemologies in addressing the climate crisis.

Keywords: Decoloniality; Traditional Knowledge; Climate Crisis; Anthropocene.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: 240302100000@uepg.br. Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2872105903344770>.

² Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPG. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vlmartiniak@uepg.br. (Orientadora). Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2586663143728140>.

RÉSUMÉ

La crise climatique est un phénomène à la fois environnemental et épistémologique, résultant de la marginalisation des savoirs autochtones et de la vision occidentale hégémonique de la nature. Cet article propose une revue bibliographique critique, s'appuyant sur des auteurs tels que Quijano (2000), Mignolo (2011) et Santos (2007), ainsi que sur les critiques du concept d'Anthropocène développées par Moore (2016) et Haraway (2015), afin d'analyser, dans une perspective décoloniale, comment les savoirs autochtones proposent des alternatives durables. L'étude adopte une méthodologie qualitative, fondée sur l'analyse de textes académiques et de récits autochtones. Il en ressort que la valorisation de ces savoirs favorise des pratiques de soin environnemental et de résistance à l'extractivisme, contribuant à des modèles pluriversels de durabilité. Les résultats soulignent l'urgence d'intégrer les épistémologies autochtones dans la lutte contre la crise climatique.

Mots-clés : Décolonialité ; Savoirs traditionnels ; Crise climatique ; Anthropocène.

1 INTRODUÇÃO

A crise climática é um dos desafios mais urgentes da contemporaneidade, com impactos socioambientais que afetam de maneira desigual diferentes povos e territórios. As comunidades indígenas, historicamente marginalizadas, estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas, mas também possuem saberes ancestrais que oferecem alternativas sustentáveis para a gestão ambiental. Como explicar que, mesmo com tantas alternativas sustentáveis nos saberes indígenas, a crise climática persista sem soluções efetivas?

Esses conhecimentos continuam sendo desvalorizados dentro da lógica ocidental hegemônica, que historicamente impôs uma visão extractivista e mercantilizada da natureza (Quijano, 2000; Mignolo, 2011). Diante desse cenário, torna-se essencial analisar a crise climática não apenas como um problema ambiental, mas também como uma crise epistemológica, que reflete a exclusão sistemática de epistemologias indígenas no debate global sobre sustentabilidade.

Este artigo tem como objetivo analisar, sob uma perspectiva decolonial, como os conhecimentos tradicionais indígenas podem oferecer alternativas sustentáveis para enfrentar a crise climática. A hipótese central é que a valorização desses saberes, em oposição à lógica extractivista e colonial, contribui para a construção de novas relações socioambientais, mais justas e sustentáveis.

Para isso, o estudo fundamenta-se na teoria da decolonialidade, com destaque para os conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2000), desobediência epistêmica (Mignolo, 2011) e ecologia de saberes (Santos, 2007). Além disso, dialoga com as críticas ao conceito de Antropoceno (Moore, 2016; Haraway, 2015), que questionam a abordagem eurocêntrica predominante na análise da crise ambiental.

A metodologia adotada é qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise crítica de textos acadêmicos, relatórios ambientais e relatos indígenas. A abordagem é interdisciplinar, articulando estudos decoloniais, epistemologias indígenas e teorias ambientais. Com isso, espera-se contribuir para o reconhecimento dos conhecimentos indígenas como elementos fundamentais para a construção de respostas mais eficazes e justas à emergência climática.

O artigo está estruturado nas seguintes partes: (1) Introdução, (2) Referencial Teórico, (3) Metodologia, (4) A Emergência Climática e a Invisibilização dos Saberes Indígenas, (5) Decolonialidade e Ecologia de Saberes na Crise Climática, (6) Antropoceno, Capitaloceno e a Perspectiva Indígena sobre a Crise Ambiental, (7) Caminhos Possíveis: Incorporando Saberes Indígenas nas Soluções para a Crise Climática, (8) Considerações Finais e (9) Referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A crise climática não é apenas ambiental, mas também epistemológica e política, resultado da marginalização dos saberes indígenas e da imposição de um modelo ocidental extrativista. Para compreender essa problemática, este estudo fundamenta-se na teoria da decolonialidade, especialmente nos conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2000), desobediência epistêmica (Mignolo, 2011) e ecologia de saberes (Santos, 2007), além de um olhar crítico sobre a noção de Antropoceno (Moore, 2016; Haraway, 2015).

O conceito de colonialidade do poder, formulado por Quijano (2000, 2005), demonstra como hierarquias coloniais persistem mesmo após o fim do colonialismo formal, impondo um monopólio do conhecimento e desqualificando saberes não ocidentais. No contexto da crise climática, essa colonialidade se manifesta na exclusão dos povos indígenas das discussões sobre sustentabilidade e na imposição de políticas ambientais que ignoram seus modos tradicionais de manejo ecológico.

Embora tenha ocorrido o reconhecimento das diferenças étnicas e territoriais desses povos, esse processo é marcado por contradições. Como observa Little (2002, p. 13), “de todos os povos tradicionais, os povos indígenas foram os primeiros a obter o reconhecimento de suas diferenças étnicas e territoriais, mesmo que tal reconhecimento tenha sido efetivado por meio de processos que, em muitos casos, prejudicaram seus direitos”.

Para Mignolo (2011, 2018), a desobediência epistêmica é essencial para romper com a hegemonia do pensamento eurocêntrico e valorizar outras formas de conhecimento. Essa perspectiva dialoga com Walsh (2007, 2010), que enfatiza a decolonialidade como uma prática teórica e política, defendendo a centralidade dos povos indígenas na construção de alternativas sustentáveis.

A ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2007, 2018), reforça a necessidade de reconhecer diferentes epistemologias e integrar os saberes indígenas nas políticas ambientais. Segundo Santos, enfrentar a crise climática requer superar a visão única imposta pela ciência ocidental e fomentar uma interação entre diferentes formas de conhecimento.

Por fim, esta investigação estabelece um diálogo com as críticas direcionadas ao conceito de Antropoceno. Jason Moore (2016) propõe a noção de Capitaloceno, ao atribuir a origem da crise climática à lógica do capitalismo global, enquanto Donna Haraway (2015) introduz o Chthuluceno, enfatizando a necessidade de formas alternativas de convivência entre espécies humanas e não humanas. Ambas as abordagens ressaltam a relevância de reconhecer e incorporar os saberes indígenas na formulação de respostas aos desafios socioambientais contemporâneos.

A partir desses marcos teóricos, o estudo adota uma abordagem crítica da crise climática, evidenciando a permanência da colonialidade nas estruturas dominantes e apontando a integração dos conhecimentos indígenas como caminhos legítimos, sustentáveis e eficazes para o enfrentamento das transformações ecológicas em curso.

Com base nesses referenciais teóricos, esta pesquisa adota uma perspectiva crítica da crise climática, evidenciando a presença da colonialidade nas estruturas hegemônicas e a necessidade de integrar os conhecimentos indígenas como caminhos sustentáveis e efetivos para enfrentar os desafios atuais.

3 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, baseada na revisão bibliográfica e na análise crítica de textos acadêmicos, relatórios ambientais e relatos indígenas. A pesquisa é exploratória e interpretativa, buscando compreender como os saberes indígenas podem contribuir para enfrentar a crise climática a partir de uma perspectiva decolonial.

A análise teórica baseou-se em uma revisão bibliográfica que contempla produções voltadas à perspectiva decolonial (Quijano, 2000; Mignolo, 2011; Walsh, 2007), à proposta da ecologia de saberes (Santos, 2007, 2018) e às críticas ao conceito de Antropoceno (Moore, 2016; Haraway, 2015), além de documentos de organizações indígenas e ambientais. Essa etapa contextualiza o tema e identifica lacunas na literatura.

A análise seguirá duas abordagens: análise de discurso, para examinar como os saberes indígenas são representados nos debates climáticos, e análise temática, para identificar padrões

e categorias centrais nos discursos científicos e indígenas. A interdisciplinaridade garantirá uma visão crítica sobre a marginalização dos saberes tradicionais.

As fontes serão selecionadas com base em sua relevância para os estudos decoloniais e ambientais, priorizando pesquisas acadêmicas e documentos de lideranças indígenas. Essa escolha busca equilibrar a produção científica ocidental com perspectivas indígenas.

Por fim, a principal limitação do estudo é a ausência de trabalho de campo e entrevistas com lideranças indígenas. No entanto, a revisão e a análise crítica permitem levantar reflexões sobre a necessidade de incluir saberes indígenas nas soluções para a crise climática.

4 A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E A INVISIBILIZAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS

4.1 IMPACTOS ASSIMÉTRICOS DA CRISE CLIMÁTICA

A crise climática é uma realidade que afeta o planeta como um todo, porém seus efeitos não incidem de maneira homogênea sobre todos os grupos sociais. Os impactos das mudanças climáticas se manifestam de forma especialmente severa entre populações historicamente marginalizadas, como os povos indígenas, que vivem em estreita relação com os ecossistemas e são diretamente afetados pela degradação ambiental.

Como ressaltam Acselrad (2010) e Little (2002), além dos fenômenos diretamente ligados ao clima, essas comunidades sofrem os efeitos cumulativos do desmatamento, da contaminação dos recursos hídricos e da implementação de megaprojetos que ameaçam seus territórios e modos de vida.

A vulnerabilidade dos povos indígenas à crise climática está intimamente relacionada a uma lógica de gestão ambiental excludente, em que políticas globais e nacionais são frequentemente elaboradas sem a participação efetiva dessas populações. De acordo com Walsh (2010), esse modelo tecnocrático e universalizante ignora os saberes tradicionais e reforça dinâmicas coloniais de poder, nas quais os sujeitos mais afetados permanecem à margem das decisões que moldam seu presente e futuro.

Tal exclusão revela um padrão persistente de injustiça ambiental, no qual os povos que menos contribuem para o aquecimento global são os que mais sofrem suas consequências. Nesse contexto, a noção de justiça climática emerge como uma abordagem ética e política voltada à correção das desigualdades estruturais que amplificam os efeitos da crise ambiental sobre os grupos mais vulneráveis.

Essa perspectiva destaca a necessidade de reconhecer as especificidades culturais, territoriais e epistemológicas dos povos indígenas, assegurando sua participação ativa na

formulação e implementação de políticas públicas de mitigação e adaptação climática (Porto-Gonçalves, 2006).

Além das ameaças diretas, como enchentes, secas e incêndios florestais, os impactos climáticos também afetam aspectos fundamentais da vida cotidiana indígena, como a segurança alimentar, o acesso à água potável e a manutenção dos saberes tradicionais. As mudanças no clima têm contribuído para a redução da disponibilidade de alimentos, dificultando a produção de espécies cultivadas tradicionalmente e elevado os riscos de poluição hídrica.

Portanto, a construção de respostas à crise climática exige uma abordagem interseccional e participativa, que leve em conta as desigualdades históricas e assegure os direitos territoriais, sociais e culturais dos povos indígenas. O papel ativo dessas comunidades deve ser valorizado como condição fundamental para a construção de uma transição ecológica que promova equidade e inclusão.

4.2 INVISIBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA EPISTEMOLÓGICA

Embora sejam um dos grupos mais impactados pela crise climática global, os povos indígenas evidenciam uma notável capacidade de resistência e liderança na conservação dos ecossistemas. Suas práticas ancestrais de manejo territorial e seus sistemas próprios de conhecimento constituem formas sustentáveis de relação com a natureza, baseadas em uma compreensão integral do ambiente, que ultrapassa a lógica utilitarista predominante nos modelos de desenvolvimento ocidental.

No entanto, essas formas de saber continuam sendo marginalizadas pelas estruturas hegemônicas de poder e conhecimento, o que aprofunda as desigualdades socioambientais históricas. Essa exclusão epistêmica reflete o que Quijano (2000) denominou de colonialidade do poder, ou seja, a imposição de uma racionalidade eurocentrada que hierarquiza os saberes, relegando os conhecimentos indígenas a uma posição subalterna em relação à ciência moderna ocidental.

Essa colonialidade se expressa, por exemplo, na formulação de políticas ambientais que, embora revestidas de um discurso técnico e universalista, frequentemente ignoram as especificidades culturais, territoriais e cosmológicas dos povos originários. Como observa Santos (2007), esse processo revela uma negação sistemática da diversidade epistêmica, isto é, da existência de múltiplas formas legítimas de produzir conhecimento sobre o mundo.

A conservação ambiental, nesse contexto, muitas vezes se materializa por meio da criação de áreas protegidas que restringem ou até expulsam comunidades indígenas de seus territórios ancestrais. Essa estratégia ignora o papel crucial que esses povos desempenham na

preservação da biodiversidade, substituindo práticas de manejo tradicional por modelos de conservação baseados em parâmetros exógenos (Toledo, 2013).

Dados de pesquisas recentes demonstram que os territórios indígenas apresentam índices de conservação ambiental superiores aos observados em áreas protegidas legalmente instituídas pelo Estado (Garnett et al., 2018). Isso demonstra que os sistemas indígenas de manejo territorial são não só eficientes, mas também desempenham um papel fundamental na manutenção do equilíbrio dos ecossistemas.

Além da invisibilização institucional e normativa, a marginalização dos saberes indígenas também se manifesta nas arenas científicas e nos espaços de formulação de políticas públicas. As epistemologias indígenas são, em muitos casos, vistas como crenças ou tradições, e não como formas válidas de conhecimento. Contudo, essas epistemologias não apenas resistem à dominação, mas também se reinventam em contextos contemporâneos, oferecendo alternativas concretas aos paradigmas hegemônicos da modernidade (Santos, 2018).

O reconhecimento dessa pluralidade exige um diálogo de saberes genuíno, em que diferentes formas de conhecimento sejam colocadas em pé de igualdade, abrindo espaço para processos decisórios mais democráticos e interculturais.

Nesse sentido, o reconhecimento das contribuições dos povos indígenas para a sustentabilidade planetária deve ser compreendido como parte de uma luta mais ampla por justiça climática. Trata-se de uma abordagem que reconhece que os impactos das mudanças climáticas não são apenas ambientais, mas também profundamente sociais e políticos.

A justiça climática exige, portanto, não apenas a mitigação dos danos, mas a transformação das estruturas que produzem e reproduzem desigualdades. Para isso, é imprescindível a valorização ativa dos saberes indígenas e o reconhecimento de sua centralidade na construção de alternativas ecológicas justas, inclusivas e plurais.

5 DECOLONIALIDADE E ECOLOGIA DE SABERES NA CRISE CLIMÁTICA

5.1 O DESAFIO DA MONOCULTURA EPISTÊMICA

A crise climática contemporânea não deve ser compreendida unicamente como uma emergência ambiental. Ela reflete, de forma mais profunda, os desdobramentos históricos da colonialidade do saber, que impôs uma epistemologia hegemônica pautada nos paradigmas da ciência moderna ocidental.

Essa dominação epistêmica estabeleceu o que Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina como “monocultura do saber”, um sistema que hierarquiza os conhecimentos,

promovendo a invisibilização e a deslegitimação das formas de saber produzidas por povos originários e comunidades tradicionais.

Essa monocultura epistêmica opera por meio da suposta neutralidade e universalidade da ciência ocidental, que se coloca como a única forma válida de produzir conhecimento sobre o mundo. Com isso, saberes enraizados na experiência histórica, na oralidade, na espiritualidade e na relação simbiótica com a natureza são relegados à condição de “não saber” ou “crença”, sendo excluídos dos espaços institucionais de formulação de políticas públicas e científicas.

Como argumentam Mignolo (2011) e Walsh (2010), o pensamento decolonial propõe uma ruptura com esse modelo único de racionalidade, abrindo espaço para o reconhecimento de múltiplas formas de conhecimento, entre elas as cosmologias indígenas, que não apenas explicam o mundo, mas também orientam práticas sustentáveis de vida e cuidado com os territórios.

Mesmo frente ao agravamento das mudanças climáticas, a racionalidade técnico-científica dominante insiste em soluções que muitas vezes ignoram contextos locais e reproduzem lógicas extrativistas. A resistência indígena, no entanto, manifesta-se por meio de sistemas próprios de gestão territorial, que combinam saberes ancestrais, observações ambientais refinadas e valores comunitários.

Um exemplo notável disso são as práticas indígenas de manejo do fogo, especialmente em ecossistemas como cerrados e florestas tropicais, que não apenas previnem grandes incêndios, como favorecem a biodiversidade e regeneração do solo (Levis et al., 2018). Esses conhecimentos, embora eficazes, ainda são apropriados de forma instrumental, muitas vezes sem a devida consulta, participação ou reconhecimento das comunidades que os originaram.

Esse processo evidencia o que Santos (2018) classifica como “extrativismo epistêmico”, uma forma de apropriação do conhecimento indígena que perpetua desigualdades coloniais ao retirar o saber de seu contexto cultural, despolitizando-o e esvaziando seu caráter coletivo. Em vez de promover um diálogo intercultural genuíno, a incorporação desses saberes ocorre de maneira utilitarista, reforçando uma lógica assimétrica que confere à ciência hegemônica o monopólio da verdade.

Assim, o enfrentamento da crise climática exige, para além de ações técnicas, uma transformação profunda nas formas de produzir, reconhecer e validar o conhecimento. Isso implica não apenas ouvir os povos indígenas, mas criar condições para que suas epistemologias sejam reconhecidas como legítimas, autônomas e indispensáveis à construção de um futuro sustentável e verdadeiramente plural.

5.2 ECOLOGIA DE SABERES COMO HORIZONTE DE JUSTIÇA EPISTÊMICA

Em resposta à supremacia epistêmica ocidental e à marginalização sistemática dos saberes tradicionais, Boaventura de Sousa Santos (2007, 2018) desenvolve o conceito de ecologia de saberes, uma proposta teórica e política que visa a superação da monocultura do saber científico moderno.

A ecologia de saberes parte do princípio de que todos os sistemas de conhecimento são parciais e incompletos, e que, diante de problemas complexos como a crise climática, é necessário construir articulações entre diferentes rationalidades, saberes e formas de vida. Trata-se de um chamado ao diálogo intercultural e à horizontalidade epistêmica, recusando a hierarquia que coloca a ciência ocidental como única fonte legítima de verdade.

Nesse sentido, a ecologia de saberes representa um horizonte de justiça epistêmica, na medida em que reivindica o reconhecimento e a valorização de epistemologias historicamente silenciadas, como as cosmologias indígenas, os saberes camponeses, afrodescendentes e outros modos de conhecer enraizados em experiências locais.

No contexto da emergência climática, essa proposta assume especial relevância, uma vez que os povos indígenas, embora historicamente marginalizados, têm demonstrado notável capacidade de adaptação e conhecimento sobre práticas sustentáveis de uso da terra, manejo da biodiversidade e conservação dos ecossistemas.

Contudo, não se trata apenas de “incorporar” tais saberes às políticas públicas, mas de promover uma reestruturação profunda na forma como o conhecimento é produzido, validado e aplicado. Isso implica a redistribuição do poder epistêmico, reconhecendo os povos indígenas não apenas como fontes de conhecimento, mas como sujeitos epistêmicos plenos, com autoridade para participar na definição das agendas climáticas e ambientais.

Como observa Gilio-Whitaker (2019), movimentos como a Aliança Global dos Povos Indígenas para o Clima exemplificam essa busca por protagonismo, ao reivindicar o reconhecimento de suas formas próprias de governança e de sua centralidade nas decisões sobre o futuro do planeta.

Além disso, a ecologia de saberes exige uma crítica à lógica extrativista que orienta tanto as práticas econômicas quanto as formas hegemônicas de apropriação do conhecimento. Muitas vezes, saberes indígenas são instrumentalizados por projetos de conservação ou por pesquisas acadêmicas sem a devida consulta, reconhecimento ou participação das comunidades. Essa apropriação epistêmica, conforme alerta Santos (2018), perpetua uma colonialidade do saber que reproduz desigualdades e apaga os direitos coletivos dos povos originários sobre seus conhecimentos e práticas.

Portanto, a articulação entre ecologia de saberes e pensamento decolonial constitui uma via promissora para a construção de uma governança climática plural, democrática e inclusiva. Não se trata apenas de reconhecer o valor estratégico dos saberes indígenas, mas de transformar as bases políticas, epistemológicas e éticas da relação entre humanidade e natureza.

Nesse processo, torna-se urgente reconfigurar os marcos normativos das políticas públicas ambientais, abrindo espaço para formas de conhecimento que expressem outras ontologias e outras rationalidades, capazes de sustentar alternativas reais à crise socioambiental global.

6 ANTROPOCENO, CAPITALOCENO E A PERSPECTIVA INDÍGENA SOBRE A CRISE AMBIENTAL

6.1 LIMITES DO ANTROPOCENO E PROPOSTAS ALTERNATIVAS

O conceito de Antropoceno tem sido amplamente utilizado nas ciências ambientais e sociais para descrever a atual era geológica, marcada pelo impacto profundo e irreversível das atividades humanas sobre os sistemas planetários. Essa noção sugere que a humanidade, enquanto força geológica, transformou radicalmente a biosfera, modificando padrões climáticos, ciclos biogeoquímicos e ecossistemas inteiros.

No entanto, embora potente como ferramenta de alerta, o conceito de Antropoceno também apresenta limites importantes, sobretudo ao nivelar a responsabilidade histórica por tais impactos, como se todas as populações humanas tivessem contribuído de maneira igualitária para a crise ambiental global.

Autores de orientação decolonial e crítica pós-humanista, como Jason Moore (2016) e Donna Haraway (2015), destacam que o Antropoceno opera uma abstração perigosa ao atribuir a toda a humanidade uma responsabilidade homogênea, apagando as profundas desigualdades geopolíticas, raciais e econômicas que moldaram – e continuam a moldar – a relação entre sociedade e natureza.

Essa crítica revela que, ao invisibilizar os processos históricos de colonização, escravidão e exploração dos territórios do Sul Global, o discurso do Antropoceno perpetua uma narrativa universalista que ignora as raízes estruturais da crise ambiental contemporânea.

Em resposta a essas limitações, emergem formulações alternativas que buscam reposicionar as causas e os sujeitos implicados na devastação ecológica. O conceito de Capitaloceno, proposto por Jason Moore (2016), representa uma dessas alternativas críticas. Em vez de culpar “a humanidade”, o Capitaloceno atribui à lógica do capital – com sua

racionalidade extrativista, sua compulsão por crescimento infinito e sua apropriação sistemática da natureza como recurso – a centralidade na destruição ambiental.

Nessa perspectiva, a crise ecológica é vista como resultado direto do metabolismo socioeconômico capitalista, que não apenas degrada ecossistemas, mas também subjuga povos indígenas, camponeses e trabalhadores por meio de formas históricas de violência, como a pilhagem colonial, a escravização e o racismo ambiental.

Além do Capitaloceno, outra proposta crítica relevante é o conceito de Capitaloceno, cunhado por Donna Haraway (2015), que oferece uma ruptura mais radical com as categorias modernas de sujeito, natureza e história. O Chthuluceno propõe uma ética multiespécie baseada na interdependência e na simbiose entre humanos e não humanos.

Para Haraway, em vez de insistirmos em narrativas centradas no humano – mesmo que sob o signo da culpa, como no Antropoceno –, devemos imaginar futuros ancorados em práticas colaborativas de cuidado, regeneração ecológica e coevolução com outras formas de vida. Essa perspectiva ecofeminista e pós-antropocêntrica recusa a separação cartesiana entre natureza e cultura, apontando para modos de existência mais humildes, relacionais e sustentáveis.

Adicionalmente, outras abordagens vêm sendo mobilizadas para questionar a neutralidade epistêmica do Antropoceno. O conceito de Plantationoceno, por exemplo, destaca a centralidade das plantações coloniais na gênese da modernidade capitalista e na transformação de ecossistemas inteiros em zonas de monocultura e trabalho forçado.

Já o Necroceno utilizado por autores como Achille Mbembe (2018), enfatiza o papel da necropolítica na produção de espaços de morte e sacrifício ambiental, onde populações inteiras são expostas a riscos ecológicos extremos. Essas propostas teóricas não apenas ampliam a crítica ao Antropoceno, mas também oferecem caminhos epistemológicos e políticos para a superação de suas limitações.

Ao deslocar o foco das generalizações antropocêntricas para os processos históricos de dominação capitalista e colonial, elas convidam à construção de novas narrativas sobre a crise ambiental – narrativas que reconheçam a responsabilidade diferenciada dos atores envolvidos e valorizem as alternativas já praticadas por comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e outras populações tradicionais. Assim, ao repensar os marcos conceituais da crise climática, esses autores e autoras abrem espaço para uma ecologia política mais plural, justa e situada historicamente.

6.2 COSMOLOGIAS INDÍGENAS E PARADIGMAS RELACIONAIS

As propostas críticas ao Antropoceno, como o Capitaloceno e o Chthuluceno, dialogam profundamente com as cosmologias indígenas, que historicamente operam com paradigmas relacionais e holísticos de mundo. Para muitos povos originários, a natureza não é um recurso passível de exploração, mas um sujeito dotado de agência, ancestralidade e espírito.

Como enfatiza Krenak (2019), a lógica ocidental capitalista promove a fragmentação da vida e desconecta os humanos de sua relação simbiótica com a terra, ao passo que as cosmologias indígenas reconhecem a interdependência e a continuidade entre todos os seres. Essa visão de mundo se expressa em práticas cotidianas e sistemas de conhecimento enraizados na experiência vivida com os territórios.

Para os povos indígenas, rios, florestas, montanhas e animais são entidades com as quais se mantêm vínculos afetivos, espirituais e ontológicos. Viveiros de Castro (2018) argumenta que essas formas de vida se baseiam em um multinaturalismo, no qual os humanos não ocupam uma posição de superioridade, mas compartilham com outras formas de existência uma mesma condição de sujeito

Essa perspectiva rompe com o dualismo moderno entre natureza e cultura e propõe, em seu lugar, uma ética relacional baseada na reciprocidade, no respeito e no equilíbrio ecológico. Nesse contexto, as cosmologias indígenas não apenas denunciam os efeitos nefastos do modelo de desenvolvimento baseado na expropriação e na destruição ambiental, como também oferecem alternativas epistemológicas e ontológicas viáveis frente à crise climática.

Tais epistemologias propõem formas de regeneração ambiental que não dissociam o bem-estar coletivo da saúde dos ecossistemas. Elas não são apenas visões de mundo, mas tecnologias sociais e ambientais que sustentam formas duráveis de convivência com a biodiversidade.

Além disso, ao incorporar esses paradigmas relacionais, o debate sobre justiça climática se desloca de uma abordagem puramente técnica ou mitigatória para uma reflexão ética e política mais profunda. O reconhecimento das cosmologias indígenas deve ir além de gestos simbólicos e envolver a inclusão efetiva dessas rationalidades nos processos decisórios sobre a governança dos bens comuns.

Como afirmam Escobar (2014) e Santos (2018), isso requer uma transformação das estruturas de poder epistêmico, que historicamente têm deslegitimado e silenciado os saberes dos povos originários. Portanto, reconhecer e valorizar as cosmologias indígenas significa ampliar os horizontes da ação climática, articulando ciência, ancestralidade e espiritualidade em um projeto de mundo centrado na vida.

Esse reconhecimento precisa ser acompanhado de garantias territoriais, de escuta ativa e de processos de co-gestão que respeitem a autonomia e a autodeterminação dos povos indígenas. Somente assim será possível imaginar futuros verdadeiramente sustentáveis e pluriversais, em que múltiplas formas de viver e conhecer possam coexistir em equilíbrio com o planeta.

7 CAMINHOS POSSÍVEIS: INCORPORANDO SABERES INDÍGENAS NAS SOLUÇÕES PARA A CRISE CLIMÁTICA

Diante da intensificação da crise climática, a incorporação dos saberes indígenas nas estratégias de mitigação e adaptação tem se mostrado essencial para a construção de alternativas sustentáveis. No entanto, essa integração precisa ocorrer de maneira equitativa e respeitosa, superando a visão colonialista que historicamente desconsiderou ou apropriou-se desses conhecimentos sem reconhecer os direitos e o protagonismo das comunidades indígenas (Santos, 2018).

O enfrentamento da emergência climática exige não apenas a adoção de práticas sustentáveis já desenvolvidas por esses povos, mas também a transformação das estruturas políticas e epistemológicas que determinam as decisões sobre o meio ambiente.

Uma das principais contribuições indígenas para a sustentabilidade planetária reside na sua relação holística com o território, que rejeita a lógica extrativista e enfatiza a interdependência entre humanos e não humanos. Práticas tradicionais de manejo da biodiversidade, como os sistemas agroflorestais indígenas, demonstram uma alta capacidade de regeneração ambiental e produção sustentável de alimentos (Toledo, 2013).

Além disso, estudos indicam que terras indígenas demarcadas apresentam taxas menores de desmatamento em comparação a outras áreas protegidas, evidenciando que a garantia dos direitos territoriais indígenas contribui diretamente para a conservação ambiental (Garnett et al., 2018).

Apesar disso, os povos indígenas ainda enfrentam múltiplos desafios para que suas vozes sejam efetivamente consideradas nas políticas climáticas. Em fóruns internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), a participação indígena tem sido limitada e frequentemente reduzida a uma perspectiva consultiva, sem impacto decisório real (Gilio-Whitaker, 2019).

Para reverter esse cenário, é fundamental promover a inclusão desses povos em processos de governança ambiental, garantindo que suas propostas sejam incorporadas em planos de ação climática de maneira vinculante. Outro aspecto crucial para a valorização dos

saberes indígenas na resposta à crise climática é o fortalecimento de iniciativas autônomas lideradas por comunidades indígenas.

Projetos de monitoramento ambiental comunitário, práticas de resistência territorial e redes de conhecimento compartilhado têm demonstrado a capacidade dessas populações de desenvolver estratégias eficazes contra as mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que protegem sua cultura e modo de vida (Krenak, 2019).

O apoio a essas iniciativas, tanto por meio de políticas públicas quanto pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais, representa um passo essencial para a construção de um modelo de governança ambiental mais justo e eficaz.

Assim, incorporar os saberes indígenas na busca por soluções para a crise climática não significa apenas adotar práticas sustentáveis, mas também repensar os fundamentos das políticas ambientais, reconhecendo a centralidade desses povos no enfrentamento da emergência climática.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise climática, mais do que um fenômeno exclusivamente ambiental, revela-se como expressão de uma crise civilizatória e epistêmica, que tem suas raízes na colonialidade do saber e na marginalização histórica dos conhecimentos indígenas. Ao longo deste artigo, argumentou-se que enfrentar essa emergência requer, necessariamente, uma ruptura com a monocultura epistêmica imposta pela racionalidade moderna ocidental, abrindo-se a um diálogo genuíno com outras formas de conhecer, existir e habitar o mundo.

A hipótese de que os saberes indígenas constituem alternativas viáveis e plurais à lógica extrativista e ao paradigma do Antropoceno foi confirmada por meio de uma análise crítica das epistemologias indígenas, das práticas de manejo territorial e das cosmologias que orientam uma relação ética e relacional com os ecossistemas.

Evidenciou-se que esses saberes não apenas resistem à invisibilização, como também oferecem soluções concretas para a sustentabilidade planetária, baseadas na interdependência entre seres humanos e não humanos. O conceito de ecologia de saberes, articulado ao pensamento decolonial, mostrou-se como um horizonte promissor para a construção de uma justiça epistêmica e climática.

Esse horizonte exige não apenas a inclusão instrumental dos saberes indígenas em políticas públicas, mas uma transformação profunda nos modos de produção, validação e aplicação do conhecimento, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos epistêmicos autônomos e protagonistas na definição de estratégias para a superação da crise ambiental.

Por fim, a incorporação dos saberes indígenas às respostas globais à emergência climática não pode se dar de forma assimilacionista ou subordinada. Ao contrário, requer o reconhecimento de suas racionalidades próprias, de seus direitos territoriais e de sua capacidade de agência política e ecológica.

Somente por meio dessa valorização efetiva será possível construir um futuro verdadeiramente sustentável, plural e justo — um pluriverso onde múltiplas formas de vida e de saber possam coexistir em equilíbrio com a Terra.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental, **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100010> .

ESCOLAR, A. **Territórios da diferença: a indígena, a amazônica e a política decolonial**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GARNETT, S. T. et al. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. **Nature Sustainability**, v. 1, p. 369-374, 2018.

GILIO-WHITAKER, D. **As long as grass grows: The Indigenous fight for environmental justice, from colonization to Standing Rock**. Boston: Beacon Press, 2019.

HARAWAY, D. **Staying with the Trouble: Making Kin in the Chthulucene**. Durham: Duke University Press, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LEVIS, C. et al. Indigenous and traditional management creates and maintains the diversity of ecosystems of South American tropical savannas. **Frontiers in Ecology and the Environment**, 16(4), 231-238, 2018.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia, Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia**, n. 302, 2002. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/territorios-sociais-e-povos-tradicionais-no-brasil-por-uma-antropologia-da>. Acesso em: 13 abr. 2025.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, W. Epistemic disobedience: independent thought and decolonial freedom. **Theory, Culture & Society**, v. 26, n. 7-8, p. 159-181, 2011.

MIGNOLO, W. **The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options**. Durham: Duke University Press, 2018.

MOORE, J. W. **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism.** Oakland: PM Press, 2016.

PORTE-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. **Journal of World-Systems Research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista Internacional de Ciências Sociais**, v. 50, n. 168, p. 93-117, 2000.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo: A afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

TOLEDO, V. Indigenous Peoples and Biodiversity. **Nature Education Knowledge**, v. 4, n. 1, p. 1-12, 2013.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural.** São Paulo: Cosac Naify, 2018.

WALSH, C. Interculturalidade e colonialidade do poder: um olhar a partir da diferença colonial. **Revista Educação e Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 25-45, 2007.

WALSH, C. Pensamento crítico e matriz (de)colonial. **Crítica e Sociedade**, v. 1, n. 1, p. 45-65, 2010.